



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 9**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA NO DIA DOIS DE MAIO**

**DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- Aos dois dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires**, **Paula Cristina Calado Chuço**, **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes** e **Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não houve assuntos presentes.

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES:**

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir no seguinte processo de Projetos de Arquitetura em nome de Luís Miguel Martins Pereira Salvo por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião.-----

Presente o seguinte projeto de arquitetura em nome de **Luís Miguel Martins Pereira Salvo**, para alteração de Muro de Vedação no seu prédio sito na Rua Catarina Eufémia nº. 18, em Mora. -----

Aprovado por unanimidade o projeto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente cumprir com o constante no referido parecer. Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de um mês após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento.-----

Ato contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

Foi também presente projeto de arquitetura (alterações) e projetos de especialidades em nome de **Ana Sousa Marcelino Boshoff**, processo nº.11/2018. -----

Pela Divisão de Obras e Urbanismo foi informado que no presente pedido veio a requerente submeter para aprovação alterações ao projeto já deferido em reunião realizada em 25/07/2018, bem como apresentar os projetos de especialidades, que já refletem a proposta atualizada. -----

Relativamente ao projeto de arquitetura, as alterações resumem-se a ajustes introduzidos na disposição de algumas paredes interiores, vãos exteriores, chaminés de iluminação, bem como na reorganização de alguns compartimentos. Não se prevendo a alteração de qualquer parâmetro urbanístico, nada existe a opor ao deferimento da pretensão. -----

No que respeita aos projetos de especialidades regista-se que foi o pedido aperfeiçoado, através da junção dos elementos solicitados através de ofício de 07/12/2018. De referir que não foi, no entanto, entregue título de utilização de domínio hídrico a conceder pela entidade competente (APA-ARH) relativamente

à rejeição de águas residuais. Em alternativa, foi esclarecido que já foi o pedido submetido, estando a aguardar a respetiva aprovação. -----

Face ao exposto, considera-se que deverá ser aditado o documento ao processo assim que possível, preferencialmente juntamente com os elementos necessários à concessão da licença de construção. -----

Encontrando-se os projetos apresentados instruídos c/ termos de responsabilidade em conformidade com o artigo 20º do RJUE, o que dispensa a sua apreciação, estarão reunidas as condições para a deliberação final de deferimento do pedido, podendo ser concedida a licença de construção pelo prazo de 12 meses, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento.-----

Aprovado por unanimidade o projeto de arquitetura (alterações) bem como os projetos de especialidades, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo a requerente cumprir com o constante no referido parecer. Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 12 meses, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento. -----

----- **Ponto um - dois: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "PARQUE URBANO DE MORA - TRABALHOS COMPLEMENTARES"**

**APROVAÇÃO DO CÁLCULO DEFINITIVO DA REVISÃO DE PREÇOS:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da **Empreitada com a designação de "Parque Urbano de Mora - Trabalhos Complementares"** e a referência de **"AD 28-2017"**, e ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-Lei

n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP), procedeu-se ao cálculo definitivo da revisão de preços referente aos trabalhos da empreitada em epígrafe, tendo sido apurado o montante de **58,24€** (s/ IVA). -----

Em anexo à presente informação, apresenta-se o respetivo cálculo da revisão de preços. -----

Face ao exposto solicita-se a aprovação do documento "**Cálculo definitivo da Revisão de Preços**" que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento "**Cálculo definitivo da Revisão de Preços**" que se encontra em anexo à presente informação, tendo sido apurado o montante de **58,24€** (s/ IVA), referente à Empreitada com a designação de "**Parque Urbano de Mora - Trabalhos Complementares**" e a referência de "**AD 28-2017**". -----

----- **Ponto um - três: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "PARQUE URBANO DE MORA - TRABALHOS COMPLEMENTARES 2"**

**APROVAÇÃO DO CÁLCULO DEFINITIVO DA REVISÃO DE PREÇOS:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da **Empreitada com a designação de "Parque Urbano de Mora - Trabalhos Complementares 2" e a referência de "CPr 06-2018"**, e ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-

Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP), procedeu-se ao cálculo definitivo da revisão de preços referente aos trabalhos da empreitada em epígrafe, tendo sido apurado o montante de **0,00€** (s/ IVA). -----

Em anexo à presente informação, apresenta-se o respetivo cálculo da revisão de preços. -----

Face ao exposto solicita-se a aprovação do documento "**Cálculo definitivo da**

**Revisão de Preços"** que se encontra em anexo à presente informação.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** o documento "**Cálculo definitivo da Revisão de Preços**" que se encontra em anexo à presente informação, tendo sido apurado o montante de **0,00€** (s/ IVA), referente à **Empreitada com a designação de "Parque Urbano de Mora - Trabalhos Complementares 2" e a referência de "CPr 06-2018".** -----

----- **Ponto um - quatro: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO DO FLUVIÁRIO" APROVAÇÃO DO CÁLCULO PROVISÓRIO DA REVISÃO DE PREÇOS :** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da **Empreitada com a designação de "Empreitada de Conservação do Fluviário" e a referência de "CPr 10-2018",** e ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP), procedeu-se ao cálculo provisório da revisão de preços referente aos trabalhos da empreitada em epígrafe, tendo sido apurado o montante de **0,00€** (s/ IVA). -----

Em anexo, apresenta-se o respetivo cálculo da revisão de preços. -----

Face ao exposto solicita-se a aprovação do documento "**Cálculo provisório da Revisão de Preços**" que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** o documento "**Cálculo Provisório da Revisão de Preços**" que se encontra em anexo à presente informação, tendo sido apurado o montante de **0,00€** (s/ IVA), referente à **Empreitada com a designação de "Empreitada de Conservação do Fluviário" e a referência de "CPr 10-2018".** -----

----- **Ponto um - cinco: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA**

**"EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO DO FLUVIÁRIO"**

**APROVAÇÃO DA CONTA FINAL** : Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da Empreitada com a designação de **"Empreitada de Conservação do Fluviário" e a referência de "CPr 10-2018"**, e ao abrigo do artigo 399.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP), procedeu-se à elaboração da conta final da empreitada.- Face ao exposto solicita-se a aprovação do documento **"Conta Final"** que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento **"Conta Final"** que se encontra em anexo à presente informação, referente à **Empreitada com a designação de "Empreitada de Conservação do Fluviário" e a referência de "CPr 10-2018"**. -----

----- **Ponto um - seis: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "PINTURA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - FASE 6" APROVAÇÃO DO CÁLCULO PROVISÓRIO DA REVISÃO DE PREÇOS:**

**Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da **Empreitada com a designação de "Pintura de Edifícios Municipais - Fase 6" e a referência de "CPr 08-2018"**, e ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP), procedeu-se ao cálculo provisório da revisão de preços referente aos trabalhos da empreitada em epígrafe, tendo sido apurado o montante de **0,00€** (s/ IVA). -----

Em anexo, apresenta-se o respetivo cálculo da revisão de preços. -----

Face ao exposto somos a solicitar a aprovação do documento "**Cálculo provisório da Revisão de Preços**" que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento "**Cálculo Provisório da Revisão de Preços**" que se encontra em anexo à presente informação, tendo sido apurado o montante de **0,00€** (s/ IVA), referente à **Empreitada com a designação de "Pintura de Edifícios Municipais - Fase 6" e a referência de "CPr 08-2018".** -----

----- **Ponto um - sete: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "PINTURA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - FASE 6" APROVAÇÃO DA CONTA**

**FINAL:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da Empreitada com a designação de **"Pintura de Edifícios Municipais - Fase 6" e a referência de "CPr 08-2018"**, e ao abrigo do artigo 399.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP), procedeu-se à elaboração da conta final da empreitada.-----

Face ao exposto somos a solicitar a aprovação do documento "**Conta Final**" que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento "**Conta Final**" que se encontra em anexo à presente informação, referente à **Empreitada com a designação de "Pintura de Edifícios Municipais - Fase 6" e a referência de "CPr 08-2018".** -----

----- **Ponto um - oito: ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO VALE BOM, EM MORA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que em execução da deliberação tomada em reunião ordiná-

ria de Câmara realizada em 15 de junho de 2018, foi adquirido o prédio rústico nº 227 Seção A, em Mora, com a área de 2,15 ha, o qual contém um prédio urbano inscrito na matriz predial com o artigo nº 418. -----

A aquisição deste terreno destina-se à urbanização do mesmo em vista a sua disponibilização como zona de expansão de habitação da Vila de Mora, que permita a fixação de jovens e a inversão do processo de desertificação e envelhecimento atual. -----

De harmonia com o artigo 32º e 33º do regulamento do Plano Diretor Municipal o prédio em causa insere-se na Classe de Espaços Urbanizáveis de Baixa Densidade, destina-se a uma ocupação para fins habitacionais, podendo integrar outras funções compatíveis com a função habitacional e ficam sujeitos ao Plano de Pormenor ou a operação de loteamento. -----

Nos termos do artigo 78º do RJIGT e considerando o tipo de operação e ocupação pretendido, que é não suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, não será objeto de avaliação ambiental. -----

Nos termos do artigo 86º, o acompanhamento da elaboração dos planos de urbanização e dos planos de pormenor é facultativo. -----

Neste sentido propõe-se: -----

**1** - Aprovar o início de elaboração do Plano de Pormenor do Vale Bom em Mora, fixando um prazo de 6 meses para a elaboração desse procedimento, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 76º do RJIGT; -----

**2** - Fixar um período de participação pública de 15 dias para formulação de sugestões por qualquer interessado ou para apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas, ao abrigo do disposto do nº 1 do artigo 76º e nº 2 do artigo 88 do RJIGT; -----



**3** - Proceder à publicação da presente deliberação, no Diário da República 2ª série, divulgação através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da Internet da Câmara Municipal (www.cm-mora.pt) nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76º do RJIGT. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** o seguinte: -----

**1** - Aprovar o início de elaboração do Plano de Pormenor do Vale Bom em Mora, fixando um prazo de 6 meses para a elaboração desse procedimento, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 76º do RJIGT; -----

**2** - Fixar um período de participação pública de 15 dias para formulação de sugestões por qualquer interessado ou para apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas, ao abrigo do disposto do nº 1 do artigo 76º e nº 2 do artigo 88 do RJIGT; -----

**3** - Proceder à publicação da presente deliberação, no Diário da República 2ª série, divulgação através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da Internet da Câmara Municipal (www.cm-mora.pt) nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76º do RJIGT. -----

Mais deliberou por unanimidade nos termos do artigo 78º do RJIGT e considerando o tipo de operação e ocupação pretendido, que é não suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, não será objeto de avaliação ambiental.

Deliberou ainda por unanimidade nos termos do artigo 86º, dispensar a formação da Comissão de Acompanhamento. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: FÁBRICA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE**

**PAVIA - PROPOSTA APOIO FINANCEIRO:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com Art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 6, 8 e 10.-----

Face ao pedido apresentado pela **Fábrica Igreja Paroquial da Freguesia de Pavia**, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de **5.000€, cinco mil euros**, destinado a custear parte dos trabalhos de **recuperação e pintura da Igreja Paroquial da Conversação de S. Paulo de Pavia**.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder à Fábrica Igreja Paroquial da Freguesia de Pavia, um apoio financeiro no valor de **5.000,00€, cinco mil euros**, destinado a custear parte dos trabalhos de **recuperação e pintura da Igreja Paroquial da Conversação de S. Paulo de Pavia**.-----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:**-----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de 30 de Abril de 2019, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **2.431.901,05€, dois milhões quatrocentos e trinta e um mil novecentos e um euros e cinco cêntimos** e Dotações não Orçamentais no valor **55.670,23€ cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta euros e vinte e três cêntimos**.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente

mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **14.926,86€**, catorze mil **novecentos e vinte seis euros e oitenta e seis cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas**.----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **74.755,26€**, **setenta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco euros e vinte seis cêntimos**.-----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes **despachos** do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que determinou** adjudicar à firma Coprax Comercio e Indústria do Plástico, S.A. NIF: 502152508, a "Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Equipamento", pelo valor de € 120.000,00, (cento e vinte mil euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou** adjudicar à firma Coprax Comercio e Indústria do Plásti-

co, S.A. NIF: 502152508, a "Melhoria da eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Equipamento", pelo valor de € 58.000,00, (cinquenta mil euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

**Mais determinou** aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada.-----

- **Em que determinou**, abrir Procedimento tipo Consulta Prévia para "Contratação dos Artistas para atuarem no X Festival Música no Rio os Outros Sons do Fluvial", de acordo com o Caderno de Encargos e Convite, nos termos do Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação. -----

Determinou ainda que o prazo para entrega de propostas seja de 9 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

- ALG Eventos, Lda. NIF - 513 097 511; -----
- Açoteia da Cultura, Lda., NIF- 510 973 680; -----
- Morevents, Lda., NIF-514 286 407. -----

Determinou também que o júri deste procedimento seja composto pelos Senhores; -----

Efetivos: António Luís Fernandes Carlos; José Manuel Ribeiro Pinto e Luís Pedro Mendes Branco. -----

Suplentes: João Augusto Pires dos Santos e António Alberto Nunes Vitorino.-----

Determinou ainda aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de € 52.410,00. -----

- **Em que nomeou**, em comissão de serviço, em regime de substituição, ao

abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto artº. 27º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua última redação, aplicável à Administração Local, por força do artigo 18.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, a Técnica Superior Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, com efeitos a 1 de abril de 2019. -----

----- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes associações: -----

- **Grupo de Cantares Alentejanos de Brotas**, para uma atuação em Coruche (05 de Maio) e a Montargil (25 de Maio); -----

- **Grupo de Cantares da Santa Casa da Misericórdia de Pavia**, para uma actuação em Cuba - 24º Piquenicação Nacional ( 9 de Junho); -----

- **Grupo de Cantares da Santa Casa da Misericórdia de Pavia**, para uma atuação em Évora (14 de Julho); -----

- **Grupo Recreativo e Rancho Folclórico de Cabeção**, para uma atuação em Montoito (20 de Julho); -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte à Instituição acima referida. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presi-**

**dente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-